
Rede de Ação Política Pela Sustentabilidade - RAPS

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Fundadores e Administradores
Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do (déficit) /superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE - RAPS

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio social	Nota	2018	2017
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.577	68.550	Fornecedores		4.705	7.486
Adiantamentos	6	41.101	45.061	Obrigações trabalhistas e encargos	9	12.676	18.472
Doações à receber		-	290.000	Obrigações tributárias a recolher	10	3.846	6.725
Outros créditos		1.953	1.841	Provisões de férias e encargos	11	41.017	72.271
		<u>174.631</u>	<u>405.452</u>	Contas a pagar	12	10.501	308.124
						<u>72.745</u>	<u>413.078</u>
Não circulante							
Imobilizado	7	102.043	132.090				
Intangível	8	<u>12.156</u>	<u>1.377</u>	Patrimônio social	13		
		114.199	133.467	Patrimônio social		90.266	298.360
				Doações recebidas		35.575	35.575
				(Déficit)/Superávit acumulado		90.244	(208.094)
				Total do patrimônio social		<u>216.085</u>	<u>125.841</u>
Total do ativo		<u><u>288.830</u></u>	<u><u>538.919</u></u>	Total do passivo e patrimônio social		<u><u>288.830</u></u>	<u><u>538.919</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE - RAPS**Demonstração do (déficit)/Superavit****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Em Reais)**

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas líquidas			
Doações	14	3.958.362	4.666.702
Receita com serviços prestados	15	20.955	35.432
Receita com serviços voluntários	23	1.987.290	1.885.269
		<u>5.966.607</u>	<u>6.587.403</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(1.769.723)	(2.120.489)
Despesa com serviços voluntários	23	(1.987.290)	(1.885.269)
Despesas com pessoal	18	(882.559)	(1.141.332)
Despesas com projetos	16	(1.226.462)	(1.678.927)
Despesas tributárias		(33.833)	(15.669)
		<u>(5.899.867)</u>	<u>(6.841.686)</u>
Resultado da atividade		66.740	(254.283)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20a	36.593	57.706
Despesas financeiras	20b	(13.089)	(11.517)
		<u>23.504</u>	<u>46.189</u>
Superávit/(Déficit) do exercício		<u>90.244</u>	<u>(208.094)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE - RAPS**Demonstrações das mutações do patrimônio social****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Doações recebidas	Déficit /Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2016		<u>0</u>	<u>34.112</u>	<u>298.360</u>	<u>332.472</u>
Doações recebidas	13b	-	1.463	-	1.463
Transferência para o patrimônio social		298.360		(298.360)	-
Superávit/(Déficit) do exercício		-	-	(208.094)	(208.094)
Em 31 de dezembro de 2017		<u>298.360</u>	<u>35.575</u>	<u>(208.094)</u>	<u>125.841</u>
Transferência para o patrimônio social		(208.094)		208.094	-
Superávit/(Déficit) do exercício		-	-	90.244	90.244
Em 31 de dezembro de 2018		<u>90.266</u>	<u>35.575</u>	<u>90.244</u>	<u>216.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE - RAPS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
(Déficit)/Superávit do exercício	<u>90.244</u>	<u>(208.094)</u>
Ajustes por		
Resultado com baixa de imobilizado	5.718	55
Depreciação e amortização	30.485	30.782
Resultado líquido ajustado	<u>126.447</u>	<u>(177.257)</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Adiantamentos	3.960	1.511
Doações a receber	290.000	(290.000)
Outros créditos	(113)	(1.667)
	<u>293.847</u>	<u>(290.156)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(2.781)	2.772
Obrigações trabalhistas e encargos	(5.795)	3.527
Obrigações tributárias a recolher	(2.879)	(5.066)
Provisões de férias e encargos	(31.255)	6.724
Outras contas a pagar	(297.622)	293.574
	<u>(340.332)</u>	<u>301.531</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>79.962</u>	<u>(165.882)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(16.935)	(18.140)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(16.935)</u>	<u>(18.140)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	63.027	(184.022)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>68.550</u>	<u>252.572</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>131.577</u></u>	<u><u>68.550</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais

1 Contexto operacional

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS ("Entidade") é uma associação civil de direito privado, sem objetivo de lucro, de natureza apartidária, com o objetivo de formar uma rede de ação que contribua para o fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia e das instituições políticas republicanas mediante o apoio à formação de lideranças políticas que colaborem com a transformação do Brasil em um país mais justo, solidário, democrático e sustentável. Fundada em 21 de maio de 2012 com sede na Av. Nove de Julho nº 5.569 Conj. 101 e 102 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, e iniciou suas atividades em 5 de setembro de 2012, atuando em todo território nacional e, complementarmente, em âmbito internacional.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Entidade advêm das doações, subvenções e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas e de entidades privadas, garantindo-se o princípio da independência de atuação institucional da rede; entradas obtidas na veiculação e distribuição de publicações próprias de temas desenvolvidos pela RAPS; contratos e acordos firmados com empresas e agências, nacionais e internacionais; rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração; recebimentos de direitos autorais de publicações veiculadas pela e/ou em nome RAPS; produtos de promoções, como publicações, vídeos, camisetas, adesivos, e demais materiais destinados à divulgação e informação sobre os objetivos da rede, e de atividades sociais, como programas socioeducativos; atividades desenvolvidas mediante execução direta, por meio da doação de recursos humanos.

São associados da Entidade pessoas naturais ou jurídicas, que tendo cumprido as condições de admissão prevista em seu Estatuto, sejam admitidas no quadro social por decisão do Conselho de Governança. As pessoas físicas que, identificando-se com os princípios e valores da Entidade, queiram colaborar com o seu trabalho para a consecução dos objetivos sociais da Entidade, sem associarem-se, poderão atuar como colaboradores voluntários. As pessoas físicas ou jurídicas que, identificando-se com os princípios e valores da Entidade queiram colaborar financeiramente, pontual, esporádica ou regularmente, para a consecução dos objetivos sociais da Entidade, sem associarem-se, poderão atuar como contribuinte voluntário.

A Entidade busca isenção de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais com base nas disposições da Constituição Federal.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - "Entidade Sem finalidade de Lucros" e NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Governança em 09 de abril de 2019.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras consistem basicamente em:

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e também, a sua moeda de apresentação.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Essas aplicações não possuem qualquer vinculação a projetos específicos.

(c) Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Demais ativos circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

(f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou constituição. A depreciação é calculada pelo método linear considerando a vida útil estimada como segue: (i) móveis e utensílios, instalações e aparelhos de comunicação - dez anos e (ii) equipamentos de informática e equipamentos de som - cinco anos.

Os gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos dos itens do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido na demonstração de resultado como despesa com manutenção do imobilizado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

(g) Intangível

Os ativos intangíveis são considerados como tendo vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo durante a vida útil estimada. Está representado por licenças de *softwares* adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do *software* para sua utilização. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimável.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais

(h) Provisão para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a Entidade não identificou indicativos de *impairment*.

(i) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas.

(j) Patrimônio Social

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescidos ou diminuídos do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

A transferência do superávit/déficit para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia dos associados.

(k) Apuração do superávit/déficit

As receitas de doações são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

O superávit ou déficit das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

(l) Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes. E também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, não foram identificados eventos ou premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos da Entidade.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais

5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	119	620
Bancos	10	20
Aplicações financeiras	131.448	67.910
	131.577	68.550

Os saldos de bancos são representados por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos com rendimentos pós-fixados, de liquidez imediata, mantidos junto ao Itaú Unibanco S.A. e remunerados a taxas mensais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Adiantamentos

A rubrica "Adiantamentos" é representada por valores pagos aos prestadores de serviços a serem quitados após a conclusão da prestação dos serviços contratados.

7 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos dessas contas são compostos da seguinte forma:

	Taxa depreciação - % a.a.			2018	2017
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	10	101.888	-39.203	62.685	74.282
Equipamentos de informática	20	92.123	-56.988	35.135	52.189
Aparelhos de comunicação	10	4.450	-1.743	2.707	3.152
Equipamentos de som	20	4.758	-3.242	1.516	2.467
		203.219	-101.176	102.043	132.090

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais

	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Custo				
Móveis e utensílios	105.679	2.582	-6.372	101.889
Equipamentos de informática	104.376	2.611	-14.864	92.123
Aparelhos de comunicação	4.450	-	-	4.450
Equipamentos de som	4.758	-	-	4.758
	<u>219.263</u>	<u>5.193</u>	<u>-21.236</u>	<u>203.220</u>
(-) Depreciação				
Móveis e utensílios	-31.397	-10.409	2.603	-39.203
Equipamentos de informática	-52.187	-17.717	12.915	-56.989
Aparelhos de comunicação	-1.298	-445	-	-1.743
Equipamentos de som	-2.291	-951	-	-3.242
	<u>-87.173</u>	<u>-29.522</u>	<u>15.518</u>	<u>-101.177</u>
	<u>132.090</u>	<u>-24.329</u>	<u>-5.718</u>	<u>102.043</u>

8 Intangível

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos dessas contas são compostos da seguinte forma:

	<u>Taxa</u>	<u>2018</u>		<u>2017</u>
	<u>amortização - % a.a.</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
		<u>Custo</u>	<u>líquido</u>	<u>líquido</u>
		<u>acumulada</u>		
Marcas e patentes		3.825	3.825	-
Software	20	9.447	8.331	1.377
		<u>13.272</u>	<u>12.156</u>	<u>1.377</u>

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Custo				
Marcas e patentes	-	3.825	-	3.825
Software	1.530	7.917	-	9.447
	<u>1.530</u>	<u>11.742</u>	<u>-</u>	<u>13.272</u>

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais

(-) Amortização				
Amortização de software	-153	-963	-	-1.116
	-153	-963	-	-1.116
	1.377	10.779	-	12.156

9 Obrigações trabalhistas e encargos

	2018	2017
FGTS a recolher	2.270	3.526
INSS a recolher	10.122	14.505
PIS a recolher	284	441
	12.676	18.472

10 Obrigações tributárias a recolher

	2018	2017
IRRF a recolher de terceiros	2.899	5.733
ISS a recolher de terceiros	93	260
Retenções da Lei nº 10.833/03	676	536
COFINS a recolher	50	138
INSS sobre serviços	128	-
ISS a recolher	-	58
	3.846	6.725

11 Provisões de férias e encargos

	2018	2017
Provisão de férias	30.496	53.733
INSS sobre férias	7.776	13.702
FGTS sobre férias	2.440	4.299
PIS sobre férias	305	537
	41.017	72.271

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em reais

12 Contas a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bolsas de estudos a pagar	-	290.000
Aluguéis a pagar	10.501	14.550
Outras contas a pagar	-	3.574
	<u>10.501</u>	<u>308.124</u>

13 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de bens móveis, imóveis, direitos e valores, adquiridos ou recebidos sob a forma de dotação, acrescidos dos superávits e/ou déficits apurados, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades.

Dissolução e liquidação

A dissolução ou extinção da Entidade só poderá ser determinada por Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim e desde que haja voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) do total de seus associados. Assim ocorrendo, o seu eventual patrimônio remanescente será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

(b) Doação

Refere-se, principalmente, a doação efetuada em 2012 pelo Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável de móveis e utensílios, equipamentos de informática e aparelhos de comunicação no valor R\$ 42.747. Em 2014 foram entregues alguns móveis como parte de pagamento de novas aquisições, remanescendo o saldo de R\$ 40.707. Em 2015 foram baixados por obsolescência alguns móveis, equipamentos de informática, aparelhos de comunicação e software, remanescendo o saldo de R\$ 35.575.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em reais

14 Receita de doações

As receitas de doações efetuadas por seus associados estão demonstradas conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de doações	3.958.362	4.669.484
(-) ITCMD s/receitas de doações	-	-2.782
	<u>3.958.362</u>	<u>4.666.702</u>

15 Receita com Serviços Prestados

A partir de 2017 a Entidade passou a ministrar cursos no Centro de Estudos e obteve o total das receitas conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de serviços prestados	23.976	40.540
(-) ISS s/receitas de serviços	-1.199	-2.027
(-) COFINS s/ receitas de serviços	-1.822	-3.081
Receita líquida dos serviços prestados	<u>20.955</u>	<u>35.432</u>

16 Despesas com projetos

Referem-se aos valores destinados aos objetivos estabelecidos nos contratos junto a cada iniciativa:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Líderes RAPS (Nota 17(a))	915.248	807.019
Empreendedores Cívicos (Nota 17(b))	108.000	190.675
Jovens RAPS (Nota 17(c))	76.609	165.731
Centro de Estudos(Nota 17(d))	126.605	507.297
Projeto Fundação Maria Cecília Souto Vidigal(Nota 17(e))	-	8.205
Subtotal – Despesas gerais e administrativas	<u>1.226.462</u>	<u>1.678.927</u>
Despesas de pessoal - Líderes RAPS (Nota 17(a))	232.752	419.639
Centro de Estudos (Nota 17(d))	62.344	87.106
Subtotal – Despesas de pessoal(Nota 18)	<u>295.096</u>	<u>506.745</u>
Total	<u>1.521.558</u>	<u>2.185.672</u>

17 Descrição dos principais projetos

Descrição das principais atividades da Entidade:

(a) Líderes RAPS

O programa Líderes RAPS é voltado para pessoas interessadas em atuar diretamente na política

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais

institucional, sobretudo por meio de cargos eletivos. É destinado tanto àqueles que já possuem mandatos, executivos ou legislativos de todas as posições no espectro político-ideológico, quanto à potenciais interessados em disputar eleições em níveis municipal, estadual e federal.

Acreditamos que os princípios e valores da sustentabilidade precisam estar incorporados à ação política de novas e atuais lideranças, de modo a gerar a transformação necessária para o país. Realizamos cursos em política, sustentabilidade, campanhas políticas e políticas públicas. Promovemos seminários, organização de eventos e viagens sobre temas relevantes para o cenário político brasileiro.

Apoiamos à atuação política dos Líderes RAPS com mandato produzindo e disponibilizando referências em boas práticas em gestão pública e prestação de contas; promovendo diálogos políticos específicos sobre questões relacionadas à atuação política.

(b) Projeto Empreendedores Cívicos

O projeto Empreendedores Cívicos RAPS é voltado a pessoas da sociedade civil, em sua maioria empreendedores sociais, que reconhecem a importância da política para transformação da realidade e que querem se aproximar diretamente da política institucional, mas não pretendem disputar eleições. Após selecionados, os membros recebem um pacote de formação e aperfeiçoamento ao longo do ano que incluem: Projetos, cursos, seminários e debates; com o intuito de desenvolver mecanismos de cooperação e compartilhamento, entre agentes da sociedade civil organizada, particularmente de forma a aproximá-los da esfera política institucional.

(c) Jovens RAPS

O projeto Jovens RAPS é voltado ao público de até 30 anos, interessado em aprofundar seus conhecimentos na área de política e que esteja se destacando em sua atuação social. Esses membros recebem um pacote de formação e aperfeiçoamento voltado especificamente para esse perfil.

Através da promoção de ações para formação e capacitação política de novos quadros, formamos potenciais lideranças jovens, interessadas em participar da política e com disposição para promover ações em benefício do desenvolvimento sustentável no espaço da sociedade civil e na política institucional.

(d) Centro de Estudos

O Centro de Estudos RAPS foi criado com o intuito de ampliar os espaços de diálogo e reflexão para construção coletiva de conhecimento sobre política e sustentabilidade, promover oportunidades de cooperação e compartilhamento de experiências e fomentar boas práticas e referências de ação política para a rede de líderes.

Suas atividades levam em conta a pluralidade de posições políticas e ideológicas e buscam promover o diálogo permanente com os distintos segmentos da sociedade, associados, organizações, parceiros, colaboradores e membros da rede.

(e) Projeto Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

A Fundação Maria Cecília uniu-se à Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), criada em 2012, para promover os temas relacionados ao desenvolvimento integral da primeira infância entre os líderes políticos da RAPS.

O projeto envolve discussões e elaboração de materiais de apoio pelos grupos de trabalho da

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais

RAPS, que pensam na estruturação de uma visão compartilhada de desenvolvimento de um Brasil mais sustentável.

O objetivo é sensibilizar os futuros gestores municipais sobre o desenvolvimento integral na primeira infância como parte fundamental de sua ação política e de empreendedorismo social. Em 2017 o Projeto foi finalizado.

18 Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	414.901	593.037
Programa de alimentação do trabalhador	95.443	137.088
INSS	86.958	134.928
Assistência médica	100.377	88.299
Férias	44.631	54.698
Outras despesas com pessoal	53.663	46.436
FGTS	53.165	42.152
13º salário	30.011	39.425
PIS sobre folha de pagamento	3.410	5.269
Total das despesas com pessoal	<u>882.559</u>	<u>1.141.332</u>
(-) Despesas alocadas para projetos (Nota 16)	<u>(295.096)</u>	<u>(506.745)</u>
Total das despesas com pessoal – Administrativa	587.464	634.587

19 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bolsa de Estudos Líderes Raps	582.291	870.000
Serviços prestados por pessoa jurídica	801.180	789.219
Aluguéis de imóveis	136.418	119.320
Despesas com comunicação	27.600	93.054
Viagens e estadias	13.383	33.321
Condomínio	35.532	33.208
Outras despesas gerais e administrativas	24.620	31.852
Depreciação e amortização	30.485	30.783
Despesas com copa e cozinha	13.732	19.236
Cópias e reproduções	14.349	19.003
Telefone	21.751	18.265
Internet	12.301	15.118
Locações de equipamentos	13.533	14.107
Café, lanches e refeições	8.852	7.303
Materiais e impressos para escritório	10.820	6.856
Energia elétrica	5.362	5.468

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais

Despesas com eventos	79	3.934
Manutenção e reparos	8.718	3.053
Transportes	5.989	2.945
Serviços prestados por pessoa física	1.655	2.840
Correios e Postagens	1.073	1.345
Despesas com pedágio e estacionamento	-	259
	<u>1.769.723</u>	<u>2.120.489</u>

20 Receitas e despesas financeiras

(a)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Descontos obtidos	117	668
Receitas aplicações financeiras	13.626	57.030
Variação Cambial	64	8
Variação Monetária	809	
Recuperação de despesas	23.520	
Resultado baixa de Imobilizado	-1.543	
Receitas Financeiras	<u>36.593</u>	<u>57.706</u>

(b)

Comissões e despesas bancárias	-10.350	-8.489
IOF/IOC	-1.992	-2.140
Juros passivos	-105	-209
Multas	-399	-553
Variação cambial passiva	-243	-126
Despesas Financeiras	<u>-13.089</u>	<u>-11.517</u>

21 Aspectos fiscais

- (a) A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, assim definido em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação, sendo isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando o cumprimento cumulativamente das condições estabelecidas nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.
- (b) Em relação à contribuição social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
- (c) Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais

entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 7,6%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade, conforme o disposto no artigo 14, inciso da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

A RAPS passou a efetuar o recolhimento da COFINS sobre suas receitas financeiras a partir de julho de 2015 em virtude do Decreto nº 8.426 publicado em 1º de abril de 2015.

- (d) A entidade obteve isenção ao recolhimento de ITCMD a partir de 08/08/2017, foi renovada por mais um ano para o período de 09/08/2018 a 08/08/2019

22 Gratuidades

As gratuidades da RAPS são consideradas na forma dos recursos destinados diretamente ao público, em seus componentes diretos - Programa de Rede de Líderes Políticos por um Brasil Sustentável.

- (a) Programa - os valores das gratuidades no componente estão demonstrados em conta de despesa com projetos (Nota 16), conforme abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Líderes RAPS	1.148.000	1.226.658
Empreendedores Cívicos	108.000	594.403
Jovens RAPS	76.610	190.675
Centro de Estudos	188.948	165.731
Projeto Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	-	8.205
Total	<u>1.521.558</u>	<u>2.185.672</u>

- (b) Informações quantitativas - as gratuidades estão representadas, conforme abaixo:

<u>Programa</u>	<u>Tipo de gratuidade</u>	<u>Quantidade</u>	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empreendedores Cívicos	Módulo de formação		40
Jovens RAPS	Módulo de formação		41
Líderes RAPS	Módulo de formação	102	60

*102 são a quantidade de novos membros do projeto Líderes RAPS 2018.

Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em reais

23 Valor justo dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários identificados pela administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2018 e de 2017, bem como os seus valores justos, podem ser assim descritos.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conselho de Governança	1.446.808	619.249
Conselho Consultivo	106.476	544.940
Diretor Executivo	164.410	417.274
Conselho de Ética	150.841	198.160
Conselho Fiscal	62.111	50.596
Serviços profissionais	56.644	55.050
Total	<u>1.987.290</u>	<u>1.885.269</u>

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Receitas com serviços voluntários", com contrapartida em "Despesas com serviços voluntários".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Entidade.

24 Contingências

Não há qualquer contingência judicial envolvendo a Entidade. Dessa forma, não há qualquer registro a título de provisão para contingências nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

25 Seguros

Para os exercícios de 2018 e de 2017 não foram contratados seguros para salvaguarda do imobilizado da Entidade.

* * *